

ATA Nº07/2025 - 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos 18 (dezoito) dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, os conselheiros: Ana Lucia Rodrigues; Ana Paula Rocha de Azevedo; Angela Pereira Branco; Carla Cristine Agulham; Carmem Lúcia de O. Rocha; Carolline Pereira de Araujo Maia; Clicie Maria C. Negoseki; Daniela Medeiros de Oliveira; Delma Regiane Cordeiro Furman; Dheborá Cristina da Silva; Fabio Braun; Fabio Luciano Azevedo; Jessica Meirieli de S. C. Fuzeti; Juliana Valli M. Criminácio; Késia dos Santos Marçal; Lauryen Mariah K. F. Machado; Leila Gonçalves de Carvalho; Letícia Brandt J. de Almeida; Lorena Catarina Jacomasso; Lucinéia Mianis de Carvalho; Luiz Carlos Costa da Silva; Maria Helena Guedes Tetu; Marilza Aparecida P. Teixeira; Maristela do Rocio Dittert; Rodrigo Cristiano de Oliveira; Sandro de Jesus Correia; Valdeliria Cristina AfonsoeVilma Pissaia da Cruz. Sob a presidência da Conselheira Carolline Pereira de Araújo Maia, reuniram para a 5ª reunião ordinária do Conselho Pleno, tendo como pauta: **1-** Abertura de Sessão Plenária: **1.1** - Verificação do quórum, faltas justificadas e injustificadas; **1.2** - Aprovação da Ata; **2** – Eleição para representante dos pedagogos municipais de SJP: **2.1** -Composição para Comissão de Eleição para representante dos pedagogos municipais de SJP; **3** - Processos: **3.1** – Renovação da Autorização de funcionamento as Instituição para oferta de Educação Infantil CEI Construindo o Saber; **3.2** - Renovação do Credenciamento da Instituição para oferta da Educação Infantil CEI Construindo o Saber; **4-** Processos de crianças da Educação Infantil; **5** – Ofícios recebidos: **5.1** CMEI Luiz Stocco; **5.2-** Escola Municipal Papa Paulo VI; **5.3** – Secretaria Municipal de Educação; **6** – Outros assuntos.

A Presidente Carolline inicia a reunião cumprimentando a todos e agradece pela compreensão de todos em relação a troca da data da reunião devido as formações que foram bem importantes e proveitosas para o Conselho, coloca que na próxima reunião no mês de julho será feita uma confraternização julina e será no espaço da guarda mirim. Dando início a pauta a Presidente Carolline coloca que os conselheiros que justificaram as ausências foram: vereadora pastora Adriana, Fátima do Conselho Tutelar, e a Evelyn representante de pais. Seguindo a pauta a Presidente informa que a ata da 4ª reunião ordinária foi enviada por e-mail no dia 09 de junho e a única pessoa que se manifestou foi a Conselheira Letícia, então pergunta a todos se a ata está aprovada. Nenhum Conselheiro se manifesta contra. A Presidente Carolline coloca que gostaria de estar trazendo para as reuniões do Conselho um pouquinho de formação então compartilhou no grupo o link do TCE para que fosse acessado e adquirido mais conhecimento sobre o papel dos Conselheiros. A Presidente coloca que trouxe e gostaria de passar um vídeo de 15 minutos sobre a formação em parceria com o TCE, o primeiro vídeo é da Janete, Presidente do Conselho Municipal de Educação de Cascavel e irá falar sobre o Sistema Educacional Brasileiro, o segundo vídeo é da Conselheira Ana Lucia, mas irá passar apenas um vídeo na reunião de hoje e gostaria que todos escutassem a fala tão importante que foi feita na formação em parceria com o TCE, não foi colocado na pauta porque não tinha certeza de que iria dar certo a condição do áudio no plenarinho, na próxima reunião, caso tenha condições irá apresentar o vídeo da Ana Lucia, que fala especificamente dos Conselhos Municipais de Educação. Na sequência o vídeo é compartilhado em tela para todos. Após a apresentação a Presidente Carolline

coloca novamente que a formação foi uma parceria da Escola de Gestão Pública do TCE, juntamente com a UNCME, ao final da formação é emitido certificado, acha importante sempre estar lembrando qual o papel do Conselho. A Conselheira Ana Lucia coloca sobre duas questões sobre o vídeo e diz que nem no Conselho consultivo, o que não tem sistema, o Secretário da Educação pode fazer parte, não podem mais, nenhum Secretário Municipal de Educação pode fazer parte dos Conselhos de Educação, isso já é uma normatização, eles não podem. Sobre a questão da autorização de funcionamento, foi colocado que é dado provisório por 180 dias, é assim que o Conselho de Cascavel deliberou, no nosso Município não, é seguido o do Estado, do Conselho Estadual de Educação, já é dado a autorização de funcionamento por um período de 5 (cinco) anos, alguns diferenciais os Conselhos normativos podem deliberar e fazer diferente, existe essa autonomia. A Presidente Caroline coloca que quem faz as visitas para autorização é a Conselheira Delma, da Divisão de Estrutura e Funcionamento e acrescenta que irá conversar com a nova chefia para começar a participar das fiscalizações e visitas, conforme a agenda, gostaria de estar junto também. A Conselheira Ana Lucia coloca que não precisa necessariamente ser junto com a Divisão de Estrutura, pode-se fazer uma Comissão do Conselho e fazer também toda essa fiscalização. Dando seguimento ao item 2 da pauta, sobre a eleição de representante de pedagogos municipal, a presidente Caroline coloca que para começar os trabalhos é preciso montar uma Comissão, então sugere um número de três pessoas para fazer parte da Comissão e pede para que a Conselheira Ana Lucia coloque a sua idéia sobre uma forma de eleição mais rápida, digital, moderna, para estar sendo desenvolvida, mas de qualquer forma a Comissão precisa ser montada, precisa ser feito um edital, e divulgado. A Conselheira Ana Lucia coloca sobre um modelo diferente que foi colocado pelo Conselho de Fazenda Rio Grande, foi feito através do google forms, a inscrição para quem quer concorrer, depois foi apresentado um mini currículo de cada um e a votação pelo google forms também, quem irá fazer o controle é a Comissão e depois apresenta para o Conselho para divulgar no diário oficial. A Conselheira Clície pergunta qual seria a segurança de que a pessoa irá votar só uma vez e que estiver votando é pedagogo?. A Conselheira Ana Lucia coloca que é preciso colocar a matrícula, RG e CPF. A Conselheira Késia coloca que o problema é que identifica a pessoa e o voto. A Conselheira Ana Lucia coloca que só a Comissão terá acesso a essa informação, não será aberto para todo Conselho. A Conselheira Clície argumenta que de qualquer forma, não será um voto sigiloso e pergunta se não será ferido o regimento. A Conselheira Ana Lucia coloca que a questão das eleições é feita pelo edital, não está no regimento, é possível colocar no edital que só a comissão terá conhecimento dos votos. A Conselheira Clície coloca que se preocupa em fazer desse modo pelos questionamentos que podem ter, alguém se sentir lesado e invalidar o processo. A Presidente Caroline coloca que pode ser colocado no edital e também a permanência do candidato durante o dia da votação, acompanhando a contagem, o acesso, seria uma sugestão, foi trazido para discussão e é bacana por ser um processo mais rápido e não precisa tirar o servidor da unidade. A Conselheira Angela coloca uma questão sobre caso haja questionamento quanto ao número de votos, e cita o exemplo de caso tenho 21 votos para uma candidata e 22 para outra, como irá conferir a contagem se estará

aparecendo o nome de quem votou? A Conselheira Ana Lucia coloca que quando fechar o horário da votação, se tiverem votado 80 (oitenta) pedagogos, é em cima desses 80 (oitenta) que será feito a porcentagem. A Conselheira Késia coloca novamente, que caso haja algum questionamento do candidato, terá que recorrer a planilha e será exibido quem votou. O Conselheiro Sandro coloca que é melhor fazer a eleição da Comissão e depois a Comissão que irá se debruçar sobre esse assunto, por que senão aqui a gente vai conversar, conversar e não vai chegar em resultado nenhum, então é melhor montar a Comissão primeiro, a Comissão trabalha em cima disso e traz para o plenário decidir. A Conselheira Maristela explica como que é feito a eleição pelo Sindicato, é feito de maneira híbrida e pelo aplicativo zoom, que só mostra a porcentagem e não aparece o nome. A Presidente Carolline pergunta se todos aprovam a idéia do Conselheiro Sandro, de montar a Comissão para a eleição hoje e na próxima reunião a Comissão já traz para votação como será feito. Os Conselheiros concordam. A Presidente Carolline pergunta quem gostaria de se dispor para fazer parte da Comissão. A Conselheira Maristela pergunta qual seria a tarefa da Comissão? A Presidente Carolline responde: “montar o edital e acompanhar todo o processo de eleição.” As Conselheiras Ana Lucia, Dheborá e Maristela se dispõem para fazer parte da Comissão. A Presidente Carolline pede para que elas definam quem será a Presidente, Vice presidente e Secretária da Comissão. A Presidente pergunta quem gostaria de ficar de Secretária? A conselheira Ana Lucia se dispõe, para Vice presidente a Conselheira Maristela e para Presidente a Conselheira Dhéborá. Dando sequência a reunião a Presidente Carolline passa para a pauta 3- Processos e coloca que foram enviados para o Conselho os processos: Renovação da Autorização de funcionamento as Instituição para oferta de Educação Infantil CEI Construindo o Saber e Renovação do Credenciamento da Instituição para oferta da Educação Infantil CEI Construindo o Saber, coloca que a Divisão de Estrutura já fez a visita e deu parecer favorável, então pergunta para os Conselheiros se eles aprovam a renovação da autorização e a renovação do credenciamento do CEI Construindo o Saber. Todos os Conselheiros aprovam. Dando seguimento a Presidente Carolline coloca sobre os processos da Câmara de Educação Infantil e passa a palavra para a Presidente da Câmara, Conselheira Carla. A Conselheira coloca que na última reunião tiveram 3 (três casos) analisados pela Câmara, um caso do CMEI O Meu Pé de Laranja Lima, que solicitava redução de horário para frequentar apenas o período vespertino para uma criança de um ano, que tem crise convulsiva, hidrocefalia, prematuridade, atraso no desenvolvimento e problemas no pulmão, a Câmara sugeriu encaminhamento para o CAEP, foi verificado com o Departamento Especial, mas não era o caso de atendimento domiciliar, a mãe está grávida do segundo filho, existe a preocupação de preservar essa criança devido aos problemas respiratórios, a Câmara sugeriu que ele frequente o CMEI na parte da tarde, apenas no período do inverno. A Conselheira Carla coloca para votação o Parecer da Câmara que a criança B.S.R. temporariamente, apenas no período do inverno, frequente o CMEI somente no período da tarde. A Conselheira Clície sugere que seja estabelecido um período. A Conselheira Carla afirma que será só no período do inverno. A Conselheira Maristela questiona se a criança teria um atestado para declarar ela no RLCO. A Conselheira Carla coloca que já tem o pedido do médico, e terá também o Parecer do Conselho. O Conselheiro Luiz sugere que conste em ata o

período. A Conselheira Carla coloca que no atestado está somente o período do inverno. A Conselheira Dheborá pergunta se a criança está frequentando o CMEI. A Conselheira Carla afirma que sim, a criança frequenta o CMEI com os devidos cuidados, tem um bom desenvolvimento, mas o preocupante é que é uma criança bastante comprometida na questão da saúde, já foi submetido a cirurgia, então a mãe pede que ele frequente somente no período do inverno, na parte da tarde. A Conselheira Clície pergunta como que ficaria o registro no RLCO, o Conselho pode justificar a ausência? A Conselheira Juliana coloca que tem nos itens da falta amparada, só se encaixa para atribuições. A Conselheira Carla coloca que ele é do Infantil I e tem atestado. A Conselheira Carla pergunta novamente quem concorda com a redução da carga horária. Nenhum Conselheiro se coloca contra. A Conselheira Carla coloca sobre o próximo caso, de uma criança F.B.R do CMEI Recanto de Gente Miúda, autista não verbal, havia um pedido da mãe para que durante um período de mudança do plano de saúde a criança pudesse frequentar o CMEI somente 2x na semana, mas na grade de atendimento enviada os atendimentos eram em dois dias na semana, ao entrar em contato com o CMEI, foi informado que a mãe conseguiu organizar os atendimentos não precisaria mais da dispensa, foi solicitado ao CMEI para que a mãe formalizasse o cancelamento do seu pedido para o Conselho. Dando sequência a Conselheira Carla coloca sobre o terceiro caso, criança N.S.B.N. nascido em 2020, matriculado no Pré I do CMEI Maria da Piedade, houve um pedido para atividades remotas, devido a criança estar no Piauí com a sua mãe que está acompanhando a avó em tratamento de saúde, foi passado para o NUDCAI, que entrou em contato com a família e a mãe já estava buscando a matrícula no Piauí. A Presidente Carolline acrescenta que na reunião de Câmara foi debatido que essa criança deveria ser matriculada onde ela está. Dando seguimento a Presidente Carolline passa para a próxima pauta, dos ofícios recebidos e faz a leitura do ofício nº 025/2025 do CMEI Luiz Stocco, no ofício está informando a situação da falta de professores, e professores sem permanência, as crianças acabam sendo prejudicados por falta de planejamento, tem bastante crianças com laudo que se desregulam sem a professora referência da turma quando precisam ir para outra sala ou receber mais crianças em sua turma, pois é necessário juntar as turmas de diferentes idades e modalidades, a Direção precisa ir para a sala, prejudicando também o trabalho administrativo, a unidade tem recebido diversas reclamações do pais, as professoras estão sobrecarregadas e adoecendo, prejudicando o trabalho pedagógico. A Presidente Carolline coloca que foi até o CMEI Luiz Stocco, para conversar com a Diretora, chegando lá foi colocado que elas estavam sem professoras, mas na semana passada chegaram 2 (duas) professoras do concurso, mas ainda faltam 2 (duas) professoras para fechar o quadro, ainda está sem permanência no período da tarde, mas a situação deu uma amenizada. A Presidente acrescenta que a situação não está totalmente resolvida e que infelizmente não é algo que acontece só no CMEI Luiz Stocco, ou só no nosso Município, é a realidade da maioria dos Municípios, coloca também que a Diretora informou que foi aberto errado o processo de remoção da unidade, seriam cinco vagas e foi aberto para apenas 1, e tinham professoras novas que teriam que pedir a remoção obrigatória, porque eram novas na unidade e não puderam escolher a vaga lá, quando iniciou o ano, ela ligou no RH e pediu, porém já havia sido feito o edital e publicado. A

Presidente Carolline coloca uma sugestão para que quando for ocorrer o processo de remoção que é feito junto com o Diretor, RH e documentação escolar, que se tenha um documento assinado pelos três, para que não haja falas de que foi acordado com o RH uma coisa e quando abriu o edital estava outra. A Conselheira Juliana coloca que em meados de outubro é feito o planejamento de turmas com a quantidade de profissionais, junto com o Diretor e o RH, e no início de dezembro é encaminhado um documento assinado com tudo o que foi decidido em reunião, é uma planilha com o dimensionamento final. A Conselheira Lorena explica que as professoras novas que precisam pedir obrigatoriamente a remoção, não aparecem no primeiro pedido de remoção, porque elas já ocupam a vaga da unidade. A Conselheira Clície compartilha como é feito o processo pelo Departamento Especial, colocando que depois do levantamento e vaga para a remoção, é encaminhado um memorando interno para a Divisão com as vagas, e depois que sai o edital é feita a conferência, já aconteceu de dar inconsistência, mas a mesma conversou com o RH e o edital foi corrigido. A Conselheira Clície sugere que então seja orientada a gestora para que faça a conferência do edital. A Presidente Carolline coloca que a Diretora informou que buscou o RH, mas foi informada que não teria o que fazer. A Conselheira Letícia coloca que todo dimensionamento é feito antes com as Diretoras de Departamento e RH, tem algumas unidades específicas que é com a Diretora, tem a questão no decreto de que não pode ser alterado depois que inicia o processo de remoção, mas o Rh não segue isso, tanto que existem retificações de editais que foram feitos, quando sai publicação, caso exista algum erro, é só informar o Rh e é corrigido. A Conselheira Letícia acrescenta que tem professoras que foram removidas sem o conhecimento do RH, “então o ano passado não se teve um bom dimensionamento por conta disso, então estamos descobrindo hoje que tem gente desde o começo do ano passado que foi mandado sem ordem de serviço, então não tem como saber, tem a questão de não está sendo solicitado só o que prevê a lei nº 920, de quantos professores precisam na unidade, então hoje está um pouco sobrecarregado por conta disso, hoje não é o que está na lei, foi aberto esse leque pela gestão, existe unidade com 7 (sete) a mais do que deveria ter, tem também um número grande de professores que hoje estão na SEMED, e tem também a questão das unidades que não são escolhidas, abre chamamento mas ninguém quer ir, são várias situações que está tentando corrigir, nessa gestão algumas coisas já estão mudando, a questão da remoção, o Rh ficava sabendo dois ou três meses depois, tem gente que estamos sabendo hoje que está desde o começo do ano, aí dá problema no pagamento, no vale transporte, é complicado, o Rh é sempre o último a saber, está sendo corrigido aos poucos, a questão da remoção poderia ter sido corrigido, houve situações que foram corrigidas e foi feito junto com os Diretores de Departamento que provavelmente verificaram essa situação na unidade também, não estou defendendo ninguém e nem acusando ninguém, só estou explicando um pouco como que funciona.” A Presidente Carolline coloca que existe uma diferença no olhar administrativo e no olhar pedagógico, mas ninguém é adversário. A Conselheira Marilza coloca no CMEI onde ela está também ficou sem 8 (oito) professoras no período da tarde porque foi acabando o contrato do PSS, chegaram 3 (três) professoras, agora faltam 5 (cinco) e acrescenta que aconteceu outra situação, além do dimensionamento, no edital de remoção abriram

muitas vagas no Fundamental, e as professoras novas que estão chegando, não querem o Infantil, elas ficam o período obrigatório e depois escolhe vaga no fundamental, teve uma professora que ficou apenas um dia e teve crise de ansiedade e não voltou mais, e das novas que chegaram algumas já avisaram que gostam de lá, mas o perfil não é para o Infantil e sim o Fundamental, então precisa pensar em algumas ações para trazer a professoras para que permaneçam na Educação Infantil, e em relação ao que a Conselheira Letícia comentou, de repente a pessoa não aparece mais para trabalhar, aí você pergunta para a pessoa o que aconteceu e ela já está em outra unidade, sem passar pela unidade, é uma situação bem delicada. A Conselheira Maristela coloca que achou bem triste o relato da Diretora e achou que ela foi bem educada e que conhece a realidade das servidoras e a possibilidade de adoecer está cada vez maior, a escola onde está que é central e está com o quadro certo, tem professoras adoecendo, e acha que enquanto Conselho o que se pode fazer é tirar uma comissão para fiscalizar esses processos que acontecem logo no segundo semestre, porque realmente acontece erros na unidade se ouviu a diretora falar que no próximo ano teria direito a 22 (vinte e duas) profissionais, aí a gente até olha no quadro do número de turmas e profissionais e vê que daria 19 (dezenove), mas a pessoa prometeu que seria 22 (vinte e duas), e não há nada assinado, formalizado, aí inicia o ano já conturbado, uma das questões que está sendo discutido é que o município tem um difícil provimento, tem escolas grandes com apenas uma pedagoga e escolas do mesmo porte com três, existe algo que não está certo, o Conselho deveria fiscalizar isso porque prevê, e quando ela coloca que as profissionais estão adoecendo, se coloca no lugar e se coloca também enquanto Conselheira para no final do ano fazer parte de uma Comissão para fiscalizar para que esse processo aconteça de maneira mais clara. A Conselheira Juliana se coloca em defesa do Rh, dizendo que participa do processo de dimensionamento e o Fábio não promete nada além do que está na lei, ele é muito correto, pode ser que esteja previsto 19 (dezenove) mas vão 2 (dois) profissionais de apoio. A Conselheira Késia coloca que o erro começa quando o profissional adentra no Município, porque é ofertado as Escolas centrais e as periféricas ao mesmo tempo, então é óbvio que vai ser escolhido primeiro as centrais e as periféricas ficam sempre em defasagem, então coloca que precisa ter uma distribuição equitativa, e cita o exemplo da Escola Eugênia Talamini que está sem pedagogo desde o início do ano e quando abre a escolha de pedagogos é ofertado Pedro Moro, Mário Flores, aí ninguém vai para a Eugênia, então primeiro precisa suprir onde está faltando a mais tempo e depois que estiver equilibrado, abre as demais vagas. A Conselheira Késia acha que no momento em que vai fazer a escolha de turma precisa ter o bom senso de distribuir, se está faltando muito na região da borda, tem que abrir só para borda, porque quem está escolhendo no concurso vai para onde tiver vaga. A Conselheira Juliana coloca que tem salas vazias no CMEI Caminhos da Serra, porque nunca conseguiu colocar profissionais. O Conselheiro Luiz coloca que diante da situação que foi relatada no ofício e que foi pontuado pela Conselheira do Rh, que existem situações que são bem colocadas em reuniões que são anteriormente bem alinhadas, existe todo um processo que já sai completamente desenhado, mas tenho duas questões em relação a essa situação, porque como acontece lá atrás com essa temática, abre precedente para outras escolas como estamos ouvindo aqui, então

precisamos entender que é fato que está faltando profissional, mas o que a gente está discutindo é o que a Diretora do CMEI Luiz Stocco trouxe e a sua sugestão ou essa outra problemática que não vai sair resolução? Entendo que é o que ela trouxe e a sua sugestão que achei bem pontual porque formaliza mais um ponto dentro da linha que o Rh faz, porque de fato o que é colocado pelo Rh muitas vezes não é cumprido, porém qual é o motivo de não ter sido cumprido? É uma situação que precisamos entender. Segundo, houve solicitação dessa retificação que o Rh disse que exige por parte da Diretora em relação a essa situação quando ela percebeu a divergência? Houve essa orientação, como o Rh disse que houve, o pessoal dessa unidade fez conforme orientado? Foi feito no prazo conforme foi fechado como Rh? Tem todas uma situação mas é preciso verificar esse caso específico com muito cuidado, nas respostas, nas falas, para que não se exponha algumas situações que sabemos que existem, mas antes de fazer pré julgamentos temos que entender se de fato a equipe do CMEI fez também a sua parte enquanto Direção, acredito que a sua sugestão enquanto Presidente, voto favorável justamente porque quanto mais documento tem probatório em relação ao que se fala, melhor é a minha forma para depois cobrar, acredito que o restante das situações que estão se colocando não cabem nesse entendimento agora. A Conselheira Carla coloca que entende que o fluxo precisa estar mais explícito, já ouviu algo parecido mas de outro CMEI, o ano passado a mesmo já trouxe para o pleno de como a escolha de profissionais está difícil e concorda com a Conselheira Késia de primeiro quem está pedindo a mais tempo, foi conversado com o assessor Brayan sobre a necessidade desse fluxo ser articulado para atender primeiro as urgências, a falta de profissionais é urgente, mas antes de tudo pensar que precisa ter regente em todas as turmas, é sabido que desde bebê até as maiorzinhas é necessário ter uma pessoa de referência, um elo para o aprendizado, precisa pensar num desenho e enquanto Secretaria compreender que as lacunas aconteceram em outras gestões e nesse grande momento e movimento, pedir algo mais efetivo para que essa problemática cesse. A Conselheira Dheborá sugere que o Conselho solicite o BF de todas as instituições, porque é muito sério uma instituição ter 7 (sete) professores a mais, quando não tem professores em outros lugares. A Presidente Caroline coloca que seria muito complexo. A Conselheira Maristela coloca que pode ser o redimensionamento, tem todos os funcionários da unidade e qual a função, acho que isso a gente tem que ter. A Conselheira Dhébora afirma novamente que isso é muito sério, porque tem unidades sem professor e sem turma, o que está acontecendo internamente que o professor é removido e o Diretor não sabe, o Rh não sabe, isso a preocupa muito e sugere pegar o BF dessa instituição e de outras que tem professores a mais e visitar para ver o que essas pessoas estão fazendo lá ao invés de serem regentes em alguma turma? Usei o número sete, mas se for um a mais, já tinha que assumir em outro lugar para os professores terem permanência, as crianças tendo atendimento, enfim se organizar, mas sete realmente é um absurdo, então novamente sugere que seja solicitado essas informações e analisadas pelo Conselho. A Conselheira Ana Lucia sugere que primeiro seja conversado antes com a Secretaria, antes de pedir isso. A Presidente Caroline coloca que primeiro gostaria de ouvir o Conselho, para levar a fala do Conselho. A Conselheira Ana Lucia concorda e acha que é importante sempre ouvir os dois lados e acrescenta que só vai conseguir resolver o problema da

falta de professores a hora que ajustarem o plano de carreira e colocar um valor ponderal em dinheiro e a pontuação para quem for mais distante, é assim em Curitiba e ainda assim tem dificuldade, acha que essa questão de ver locais, distância, vai resolver bastante, precisa colocar no plano de carreira e acredita que o Conselho pode sim fazer um documento e exigir que seja respeitado e colocado essas questões de aumento e valorização para quem vai muito distante, a questão da remoção sem o Rh saber é uma falta de respeito dentro da Secretaria com o profissional da Secretaria e não deveria acontecer, tem a questão dos privilégios que deveria ser colocado para a nova gestão para que isso não aconteça mais, é uma questão de respeito. O Conselheiro Luiz coloca que o Conselho precisa cobrar do executivo esse valor a mais, disseram que a PGM falou que não. A Conselheira Ana Lucia coloca que precisa constar na legislação, precisa prever no plano de carreira que vai iniciar os estudos agora. E sobre a questão de unidades com número a mais de profissionais, precisa fazer o dimensionamento de novo para ver onde estão os profissionais e o Conselho de Educação precisa comunicar o Conselho do FUNDEB, porque entra a questão do dinheiro do salário e o Conselho do FUNDEB precisa fazer essa fiscalização, é muito mais do Conselho do FUNDEB do que nosso, inclusive verificar quem está na folha de pagamento trabalhando em outra Secretaria, isso não pode acontecer também. A Conselheira Leila coloca que a falta de profissionais não é só no público, o particular está na mesma situação, principalmente na Educação Infantil, já foi falado sobre isso no ano passado, estamos falando de volta, o ano que vem não sei como vai ser, mas vai chegar um tempo que não haverá mais profissionais para a Educação Infantil, o Luiz conhece a rede particular e sabe que está tendo essa falta, a Delma da Estrutura sabe que está na mesma situação e quando eu escuto toda essa fala aqui, o prazo para nós é de 5 (cinco) dias para conseguir um profissional e em cinco dias a gente não consegue contratar, na rede particular precisa passar por uma entrevista, precisa conhecer a pessoa, porque são crianças pequenas, não dá para colocar qualquer pessoa ali dentro, e tem pessoas que realmente estudou, fez magistério, fez pedagogia, mas não se identifica com os pequenos, então a situação é muito maior do que está sendo colocada aqui, então o que a Secretaria, o Conselho, Município, o Estado vai fazer para suprir isso? Porque é geral, em todo lugar, e pede para o Conselho em relação a esses prazos dado para as Escolas particulares, cinco dias não consegue contratar ninguém, não é o suficiente, e se não conseguir responde, assina notificação eu escutando que não é só no Stocco, no CMEI da Marilza faltou oito profissionais, “Deus me livre se eu ficar sem 8 profissionais na escola, fecha no dia seguinte.” A Conselheira Clície faz um adendo colocando que por questões éticas não vai entrar no mérito da questão e não irá citar nomes, em respeito das pessoas que não estão presentes para alegar como que as coisas funcionam, mas é muito delicado e muito ímpar falar de processos que você não participou ou não houve conversas ou não sentou na mesa, então não sabe o que foi decidido e coloca que gostaria de deixar registrado que antes de acusar ou dizer que aconteceu dessa forma ou outra, é preciso saber quem são os envolvidos, o porque que aconteceu e de que forma aconteceu, “houve remoção por ofício em janeiro para a escola Madre Paulina que eu também não sabia, tendo problema com as profissionais que estão lá e não consigo desfazer, todos tem problemas, apontar o dedo é muito fácil, é preciso resolver o problema, problemas


todos tem, é preciso achar a solução, o Conselho está aqui para isso.” O Conselheiro Luiz coloca em relação a fala da Conselheira Leila que quando ela traz esses prazos e situações que são cobradas, isso é vinculado ao contrato específico que a unidade tem com a Prefeitura, os outros prazos que a Estrutura coloca é outra situação enquanto Divisão que é colocado para as escolas como um todo, temos que entender que a realidade do município não é a mesma realidade do particular, o município só não tem profissionais hoje porque não tem concurso para ser chamado, e os que estão sendo chamados, falta mais concurso, não pode misturar essas coisas, são coisas completamente diferentes, respeita a fala das particulares em relação a isso mas não se pode colocar que não concorda com o prazo sem antes entender o que vem atrás desse prazo, tem um contrato, tem uma legislação justificando, isso tem que ser bem colocado. A Conselheira Leila coloca que não estava falando em relação ao contrato, mas no geral da rede particular, o que escutou no grupo da Estrutura onde estão todas as escolas particulares e não só as quais tem contrato. A Presidente Caroline coloca que entende o caso dos cinco dias, mas para a lei é difícil instituir muito prazo para isso, como que justifica uma turma sem professor por muito tempo? Outra coisa que acontece no sistema educacional, se abre concurso, vai afetar a rede particular, Curitiba, Piraquara, os profissionais de apoio, porque muitos irão fazer e vão passar, hoje o que vive no Brasil é cobre um e descobre outro, o que precisa ser feito hoje é um Plano de carreira para que o município seja atrativo e o profissional ficar, revisar a remoção do concurso que é obrigatório no final do ano, e outra coisa como opinião pessoal, parar de falar que professor ganha mal, a gente não ganha o que merece, porque as vezes nós mesmas criamos uma linha onde a carreira profissional não é bom, é desvalorizada, precisamos rever algumas falas nossa e vender o nosso peixe também, porque tem coisas boas também e não são faladas, hoje estamos numa situação muito complicada, mas colhendo o que foi plantado lá atrás de que a carreira docente não era boa, era desvalorizada, há muitas melhorias para serem feitas ainda, mas precisa pautar com inteligência para que a gente não perca. A Conselheira Maristela pergunta se diante disso será feita uma comissão para que o Conselho não receba mais carta como essa? A Presidente Caroline coloca que será formalizado um ofício, pode-se fazer a Comissão sim, mas primeiro é uma conversa com a Secretaria de Educação, é necessário ouvir o Rh, a Secretária, a parte pedagógica, o Fundamental, Especial e Infantil, para poder chegar à alguma coisa e falar, vamos ouvir o outro lado para ver qual caminho iremos seguir. A Conselheira Maristela coloca que entende que fiscalizar é o papel do Conselho mesmo. A Presidente coloca que acredita que deve apontar isso para a Secretaria primeiro, porque algumas situações são novas para a Fátima e algumas situações são novas também para o Conselho, “precisamos criar essa fala em segurança para que não pareça algo que não é verdade, que o Conselho está contra a Secretaria por exemplo, isso não é verdade e não é o nosso papel.” O Conselheiro Sandro se coloca a disposição para estar presente na conversa com a Fátima, até porque ele está fora do grupo da maioria que são concursados, então acha interessante ter uma pessoa de fora nessa conversa, já conversou com o CMDCA também que recebeu algumas denúncias sobre falta de professores, já fizeram visita há uns atrás, tem escolas com a quantidade de professores legal, mas tem escolas que as Diretoras pediram socorro, então tendo uma

pessoa de fora, enquanto CMDCA estando junto na conversa... A Presidente Carolline coloca que entendeu, porque aí não fica só uma fala de professor, fica uma fala bem própria de Conselheiro, e tem situações que para quem está dentro da Secretaria não é fácil de mediar enquanto Conselheiro, então com certeza seria muito bom uma pessoa neutra. O Conselheiro Rodrigo pede para complementar coloca que tem concurso para professor e estão nomeando. O Conselheiro Luiz coloca que estava se referindo ao concurso para professor da Educação Infantil. Dando sequência à reunião a Presidente Carolline faz a leitura do ofício nº 023/2025 da Escola Papa Paulo VI, onde é colocado a realidade dos estudantes, professores e equipe administrativa vem enfrentando e solicita um apoio em defesa da construção da nova unidade escolar, o espaço é compartilhado com o Colégio Estadual Anita Canet e o prédio é propriedade estadual, as salas são pequenas, quentes, não tem quadra coberta, a sala dos professores é adaptada, o espaço administrativo é inadequado, o estudantes da educação integral usam o refeitório do Colégio Anita Canet, limitando o tempo disponível para as refeições, não há espaço adequado para almoxarifado, guarda de materiais esportivos, depósito para material de limpeza, existem hoje cerca de 70 crianças na fila de espera para matrícula, a obra da nova escola foi suspensa pelo tribunal de contas, mas a comunidade escolar não tem acesso ao despacho então incompreende os motivos, então solicita apoio do Conselho na promoção da causa da construção do novo prédio escolar e convida o Conselho para uma visita na Escola para conhecer a realidade in loco e compreender melhor tudo o que foi relatado. A Presidente Carolline coloca que acredita que o primeiro passo seria ir até a unidade e depois procurar a Secretaria para verificar a situação da licitação do Papa Paulo VI que parou. A Presidente Carolline sugere que primeiramente deve-se ir até a escola e ouvir, conhecer a unidade e ver essa realidade de perto de depois, acredita que em uma mesma reunião levar as causas, do Luiz Stocco e do Papa Paulo para conversar com a Secretaria de educação. A Presidente pergunta se os Conselheiros aprovam. Nenhum conselheiro se coloca contra. A Presidente Carolline coloca que irá solicitar para secretaria a disponibilidade de um carro para visitas e informa no grupo a data e horário para que quiser ir junto. A Conselheira Dheborá conta que já trabalhou na Escola Papa Paulo em 2012 e tudo o que foi relatado já acontecia naquela época, tem muita situação de vulnerabilidade, é uma situação bem complicada dessa Escola. A Conselheira Maristela coloca que há um projeto de reforma, mas foi suspenso, porque foi suspenso? A Conselheira Angela explica que o primeiro processo licitatório deu problema por conta do projeto que teve algumas inconsistências e teve que ser refeito, por conta disso foi cancelado e feito um segundo processo licitatório que agora está suspenso, houve a homologação para os ganhadores, mas a segunda colocada entrou com processo, isso foi para o tribunal de contas e o tribunal entrou com um questionamento e quando isso acontece fica suspenso a licitação até resolver todos os problemas e ser acatado a resposta para os questionamentos da empresa, como não tem conhecimento do questionamento do tribunal e nem do que está sendo impugnado, acredita que ainda não foi acatada essa resposta pela empresa, por isso que está suspenso, e se der continuidade com todos esses problemas, o município acaba respondendo, a suspensão é por conta da situação da segunda colocada ter entrado com o pedido de impugnação do processo. A Presidente Carolline afirma que irá marcar a


visita na Escola Papa Paulo e depois já leva essa demanda, junto com a outra para a Secretaria de Educação. A Conselheira Angela coloca que essa documentação pode ser solicitada para a Licitação, porque é público, talvez não estão conseguindo localizar no portal da transparência ou ainda não está lá, mas o Conselho pode pedir até para entender melhor o que foi pedido pelo Tribunal para deixar claro para todo mundo. O Conselheiro Sandro coloca que a Secretaria de Educação será notificada porque esse mesmo documento chegou ao CMDCA e já foi cobrado a Secretaria de Educação. Dando sequência a reunião a Presidente Carolline coloca que tem 2 (dois) ofícios da Secretaria de Educação, então faz a leitura do ofício nº 217/2025 SEMED, que responde o questionamento do Conselho sobre a reposição do CMEI Maria S. Vidolim, A Presidente Carolline coloca que a unidade havia realizada a reposição sem a aprovação do Conselho, e então ficou acordado na reunião para solicitar ao CMEI a comprovação da reunião realizada, então eles encaminharam a ata da reunião, a formação que elas realizaram o nome das funcionárias que trabalharam na reposição na data de 31/03, essa reposição aconteceu a noite na unidade através de formação para as profissionais descritas na lista, realizaram a reposição devido a reforma, não era uma reposição com alunos. Na sequência apresenta também o ofício nº 209/2025 – SEMED, encaminhado a Escola Lourdes Bonin com a orientação do Conselho para que haja um período mínimo de quinze minutos de intervalo para o início das atividades de reposição, visto o encerramento das atividades às 17h. A Presidente Carolline pergunta ao Conselho se aprovam ou não a reposição do CMEI Maria Vidolim, que foi realizada a formação no dia 31/03, caso contrário será solicitado uma nova data e envio ao Conselho para aprovação. A Secretária Vanessa faz o controle da votação chamando todos os titulares e suplentes dos titulares ausentes. A reposição é aprovada por 14 (quatorze) votos. A Conselheira Ana Lucia acrescenta que acha interessante colocar uma ressalva de que deve ser respeitado o artigo da Deliberação. A Presidente Carolline afirma que sim, foi colocado no ofício para a Secretária em relação ao Vidolim. Seguindo a pauta a Presidente Carolline faz a leitura do ofício nº 236/2025 da SEMED, recebido no dia 29/05, que foi lido na reunião da Câmara de Ensino Fundamental Especial, que solicitava a retirada do documento Resolução nº 03/2015 antes de ser analisado e estudado pela Câmara, justificado que seria analisada pela atual gestão e equipe. A Presidente Carolline coloca que esse documento foi retornado para a Secretária, mas em conversa com a Clicie, enquanto Diretora do Departamento, ele irá retornar porque já foi finalizado novamente e retornando para o Conselho será dado início aos estudos novamente. O próximo ofício é uma solicitação da Escola Adventista para que seja antecipado no calendário deles o feriado do dia 15 de outubro para o dia 13 de outubro, no calendário homologado pelo Conselho está no dia 15 de outubro, quarta-feira e eles pedem para alterar para o dia 13 de outubro segunda-feira. A Presidente pergunta se todos aprovam essa mudança solicitada pela Escola Adventista. Todos os Conselheiros aprovam. A Presidente Carolline coloca que o Conselho está com 3 (três) frentes de trabalho: Prova São José, Deliberação e a grade curricular em relação a Educação digital, foi conversado com a Késia e a Cristiani e nosso entendimento precisa fazer o alinhamento da avaliação sistêmica da prova São José primeiro, então solicita ajuda para as Câmaras para fechar isso e a Deliberação, porém

na Deliberação existe a questão da grade curricular que precisa ser estudado se o digital irá virar componente curricular, já começou os estudos enquanto comissão porém o Conselho precisa regular, então sugere começar os estudos pela Prova São José, depois o componente curricular e depois fechar a deliberação do Fundamental, então solicita apoio das Câmaras devido a urgência do Referencial, porque o não fecha enquanto não decidir a questão do digital e da prova São José. A Conselheira Clicie coloca a sua dúvida dizendo que saiu uma lei esta semana dizendo que o Departamento de Educação Especial precisa trabalhar a temática do Autismo dentro dos componentes curriculares da BNCC, então irá encaminhar essa lei para o Conselho porque também vai precisar regulamentar e ver de que forma pode ser trabalhado, surgiram questionamentos dentro do Departamento, porque tem a BNCC, os componentes curriculares e uma lei do município que fala sobre a conscientização sobre o autismo, e a lei que foi aprovada traz outros encaminhamentos inclusive em relação a BNCC que a deixou bem preocupada. A Presidente solicita que seja feito o ofício encaminhando para o Conselho. A Presidente Caroline coloca que até pensou em montar uma comissão temporária para isso, mas acredita que é importante juntar as Câmaras do ensino fundamental com a de Normas para otimizar. A Conselheira Angela coloca sua dúvida perguntado em relação ao componente da Educação digital que será estudado para o referencial, se fica pronto até agosto? A Presidente Caroline coloca que precisa ficar pronto até 31 de agosto. A Conselheira Angela coloca no ano passado dentro do SIMEC foi colocado que não estava e esse ano é obrigatório incluir um novo referencial. A Presidente Caroline coloca que por isso está preocupada em finalizar todos esses estudos para devolver para a Secretaria aprovado como componente curricular. A Conselheira Késia coloca que o trabalho com a Educação digital já está adiantado e todo formatado como componente, só precisa discutir no Conselho porque a gente sabe que depois de aprovar como irá reverberar na rede, precisa ter esse entendimento. A Presidente Caroline sugere que seja feita uma força tarefa e acredita que seja necessária pelo menos uma reunião por semana da Câmara Fundamental para dar andamento, então irá encaminhar para a Dheborá os documentos e sugere começar pela prova São José e depois ir dando os próximos passos devido ao tempo que está apertado. O Conselheiro Luiz pergunta em relação ao Infantil e ao Especial, como que irá fazer? A Presidente Caroline coloca que são trabalhos diferentes e está aguardando receber a minuta do Infantil e a devolução da resolução do Especial. A Presidente informa que irá confirmar o local e endereço da próxima reunião e será a confraternização junina. Nada mais havendo para tratar a presidente agradece a participação de todos e encerra a reunião. Eu, Valdinéia Santos de Lima, Secretária Executiva do Conselho, lavrei a presente ata, que depois de aprovada será assinada pela Presidente e pelo Secretário Geral do CME.

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Documento assinado digitalmente
 CAROLLINE PEREIRA DE ARAUJO MAIA
Data: 05/08/2025 09:26:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Secretário(a) Geral do Conselho Municipal de Educação

Documento assinado digitalmente
 RODRIGO CRISTIANO DE OLIVEIRA
Data: 11/07/2025 17:09:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>